

ENTREVISTA

Bia Abramides: trajetória de vida e de luta pela democracia em distintos momentos históricos do Brasil e do Serviço Social

Bia Abramides: life trajectory and struggle for democracy in different historical moments in Brazil and Social Work

Ana Paula Procópio da Silva*
Ney Luiz Teixeira de Almeida**

Maria Beatriz Costa Abramides, mais conhecida como Bia Abramides, é professora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui uma vasta produção acadêmica na linha de pesquisa sobre os movimentos sociais. É coordenadora do NEAM-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista. Atualmente é vice-presidente da Associação de Professores de Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC), pela chapa Unidade para Resistir, Lutar e Transformar, eleita para o biênio 2021 – 2023. A luta pela democracia em vários espaços é uma tônica da sua vida acadêmica e profissional. Militante de longa data, atuou em diversas frentes, como no movimento estudantil do Serviço Social da década de 1960, em um dos períodos mais duros da ditadura civil-empresarial-militar. Além de ter uma larga experiência de trabalho na articulação de cooperativas e de moradores de núcleos habitacionais, consolidada na esteira dos processos do movimento

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: anapaulaprocopio@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4420-1114>.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: neylta@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2865-7330>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72498



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

de Renovação e de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, dentre as quais destacam-se a experiência no Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e a construção da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS). A realização desta entrevista é antes de tudo um tributo à todas as assistentes sociais que dedicaram anos de suas vidas às lutas sociais, aqui expressa, de forma emblemática e justa, na trajetória construída por Bia Abramides desde os tempos de atuação na Ação Popular até os dias atuais junto à Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em Pauta – A luta pela democracia em vários espaços constitui uma tônica em sua vida acadêmica e profissional. Você é uma militante que atuou em diversas frentes, como o Movimento Estudantil do Serviço Social na década de 1960, a experiência de trabalho com cooperativas e moradores de núcleos habitacionais no Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP-SP), a construção da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), sua atuação na Ação Popular e na Associação dos Professores da PUC-SP- APROPUC. De que forma essas inserções contribuíram e contribuem para a vitalidade, a amplitude e os caminhos tomados em sua militância no campo democrático?

Bia Abramides – Em primeiro lugar, eu quero agradecer à Revista Em Pauta a iniciativa e a importância dessa interlocução para a gente reafirmar a direção social da profissão, historicamente conquistada e construída; e que nos é muito cara, do ponto de vista profissional e da luta social numa perspectiva emancipatória. Então, parabéns a vocês e a toda equipe da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por essa bela publicação, além da importante contribuição com a formação profissional.

Bom, nessa primeira questão, vocês tratam de vários momentos e como destacam não há uma separação da vida pessoal, da vida profissional e da vida política. É claro que há instâncias particulares de nossa ação, mas nós somos uma totalidade. Nós somos um ser particular, único e ao mesmo tempo com as características da universalidade que vai nos compondo do ponto de vista da objetividade e da subjetividade. A minha inserção no movimento estudantil se dá nos anos 60, mas ela não começa na universidade, tem início no movimento secundarista. Eu morava em Campinas (SP) e já no Colegial participei da União Campineira dos Estudantes Secundaristas, filiada à União Paulista dos Estudantes Secundaristas e à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Eu tinha 16 anos quando uma professora do Colegial, em 1964, alertou que nós estávamos vivendo um golpe militar no Brasil. E, a partir dos interesses estadunidenses, se espalhava por toda a América Latina

um projeto imperialista. Eu queria relatar que a fala daquela professora foi muito importante para a gente começar a perceber em que conjuntura a gente estava vivendo. Assim como, destacar que desde muito cedo eu comecei a participar da União Campineira dos Estudantes Secundaristas.

Eu sou filha da classe média, o meu pai era agrônomo, uma pessoa progressista e, mesmo não sendo comunista, lutava pela reforma agrária e estava presente nas mobilizações e lutas pela terra. Eu estudava em uma escola progressista em Campinas, mas algumas coisas desde muito tenra idade me incomodavam. Quando eu estava no primeiro ano da escola, a minha melhor amiga era uma menina preta que sentava comigo no mesmo banco e eu não entendia por que ela tinha que ficar numa fila para poder tomar um leite e não tinha um lanche para levar. Cida era o nome dela. Eu chamo a atenção para isso, pois acho que foi a primeira vez que me deparei com a desigualdade e com o racismo no Brasil. Eu tinha seis ou sete anos e isso ficou como uma indagação, como um questionamento, que me levou à descoberta da desigualdade: “por que que ela morava numa favela e eu tinha uma casa com água e luz?”. Isso marcou muito a minha infância.

Quando eu entrei no Ginásio, obviamente, eu comecei a participar do movimento estudantil, a atuar na luta pelo ensino público, laico e universal. Eu me vinculei à Juventude Estudantil Católica (JEC) e militei na União Campineira de Estudantes Secundaristas. Foi quando eu comecei a fazer um trabalho na periferia da cidade de Campinas, num bairro chamado Vila Teixeira. Era um movimento de alfabetização de adultos que utilizava o método Paulo Freire. Lá conheci as primeiras estagiárias do curso de Serviço Social. Eu me lembro que já naquele momento a gente vinculava a luta contra a exploração à luta contra opressão.

Depois eu fui para a Ação Popular (AP), de inspiração marxista-leninista, período em que de fato o Serviço Social entra na minha vida, porque aquelas estagiárias eram militantes ligadas à Juventude Universitária Católica (JUC) e também à AP, ou seja, tinham uma militância no movimento estudantil universitário. Eu disse a meu pai que eu queria fazer Serviço Social em São Paulo e ele falou: “mas porque Serviço Social em São Paulo se tem Serviço Social em Campinas?”. Aí eu falei: “pai, porque eu preciso também ter minha autonomia, eu quero trabalhar, eu quero buscar caminhos de liberdade, eu penso que tenho que sair de casa.” Ele e minha mãe resistiram à ideia. Daí eu pensei que como eu tinha feito o normal poderia dar aula: “eu vou juntar uma grana e se eles não toparem eu vou embora”. Como diz a música de Caetano Veloso: “No dia em que eu vim-me embora\Minha mãe chorava em ai\Minha irmã chorava em ui\E eu nem olhava pra trás\Eu vou me embora com minha mala de couro”. Quando eu completei 18 anos, os meus pais aceitaram e eu vim para São Paulo e ingressei na Escola de Serviço Social que era agregada à PUC-São Paulo – primeira escola de Serviço Social do país – e, que foi incorporada à PUC em 1971. Foi nesse período que eu entrei na Ação Popular, que era uma organização clandestina que lutava

contra a ditadura, mas não só, pois travava uma luta anti-imperialista e anti-capitalista numa perspectiva revolucionária.

Esse é um traço que está presente até hoje: eu não tenho a ilusão de só apostar no caminho eleitoral, eu penso que devemos lutar por um processo revolucionário. Como dizia Karl Marx: “no momento que o antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de produção estiverem dadas e as condições objetivas e subjetivas postas, haverá a possibilidade histórica de uma revolução social”, as condições objetivas estão dadas, mas as subjetivas não. Nós estamos hoje vivendo uma crise de direção e não há programas e partidos revolucionários. Estamos diante do avanço do neoconservadorismo e do neofascismo ultra internacional, vivendo a crise estrutural do capital e do capitalismo com mais miséria, mais barbárie, mais fome e maior destruição de forças produtivas. Nós trabalhadores fomos derrotados! Precisamos reconhecer que fomos derrotados. Mas esse reconhecimento não significa que vamos esperar para algum dia lutar. Não! Nós vamos lutar o dia inteiro, o tempo todo, a vida toda!

Voltando ao período da AP, naquela época eu já estava desvinculada da JEC e sequer entrei na Juventude Universitária Católica (JUC), eu já entrei direto na AP, nós tínhamos os Grupos de Trabalho Revolucionário (GTR) para a discussão das nossas pautas específicas, vinculadas ao Movimento Estudantil, mas não só, visto que produzimos uma leitura do que ocorria à época a partir das obras de Marx e Lenin. Uma leitura feita literalmente à luz de velas porque depois se rasgava e queimava os papéis, punha dentro do vaso e dava descarga, porque vivíamos o tempo todo apavorados por conta da prisão dos(as) nossos(as) amigos(as), companheiros e camaradas. Depois do Ato Institucional Número 5 (AI-5 de 13 de dezembro de 1968), a situação se recrudesceu de tal forma que ocorreram muitas mortes, assassinatos e desaparecimento de militantes. A ditadura assumiu uma forma muito mais violenta.

Eu entrei no curso de Serviço Social em 1968 e já iniciei a minha militância sendo diretora, na época, do Grêmio Estudantil de Serviço Social, em um período no qual as entidades livres estavam proibidas, mas o Grêmio era livre, e a primeira luta mais geral que tenho lembrança foi uma ocupação que fizemos em frente à PUC, em 1967 – eu ainda estava no cursinho –, uma luta para que os excedentes do vestibular fossem incorporados à universidade. Após o acampamento que fizemos nós conseguimos a ampliação de vagas. Juntamente com essa mobilização travamos a luta pela redução das mensalidades, defendendo que nenhum recurso público fosse destinado para a universidade privada e as chamadas confessionais. Assim, obtivemos algumas conquistas importantes, mesmo naquele período, pois tínhamos uma unidade muito grande vinda da organização do movimento estudantil, porque tínhamos, apesar de proibido, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) livre da PUC. Depois daquela experiência nunca mais tivemos um DCE na PUC até os dias atuais. Conseguimos construir um DCE livre em plena ditadura.

Claro que havia repressão, mas a gente se organizava e conseguimos ter uma representação desde as salas de aula. Nós tínhamos conselhos paritários de estudantes e instâncias preparatórias para as assembleias. Por que eu chamo atenção para esse momento? Porque foi uma experiência de democracia que veio da democracia da classe operária, de um processo que tinha um horizonte revolucionário e que nós trazíamos como uma referência para o cotidiano das salas de aula. Havia representantes por sala, por turma, por período e daí se estabeleceu toda uma luta para que os estudantes participassem da vida na universidade, do projeto de formação profissional. No caso da Escola de Serviço Social, que era agregada à PUC-SP, nós participamos do movimento estudantil na PUC e chegamos a paralisar a Escola por três meses para fazer discussões sobre a questão curricular.

Claro que no Serviço Social já tínhamos uma perspectiva mais progressista, mas que não era ainda marxista. A tese que apresentamos no Congresso de Estudantes de Serviço Social em julho de 1968 era “Serviço Social na Realidade Brasileira”. Quando paramos o curso por três meses, dizendo que funcionários, professores e estudantes deveriam coletivamente construir um projeto de formação profissional com supervisores de campo foi uma inovação, porque ninguém falava “vamos fazer”. As supervisoras na época eram todas mulheres, não tinha um supervisor de campo homem. Dentre as professoras da época estava a Nadir Kfoury. Há de se destacar que nos anos 70 elas foram participar dos Encontros de Teresópolis e Araxá, e vieram animadíssimas contando sobre “variáveis” e “funções” e a partir de nossa militância tivemos uma posição crítica, embora, do ponto de vista teórico, não tivéssemos elementos para sustentar a crítica, a não ser a partir de algumas contribuições de um professor de sociologia, Antônio Gonçalves, que introduziu os estudos da teoria da dependência.

Eu diria, no entanto, que o principal marco das mobilizações estudantis foi a morte do estudante Edson de Lima Souto na Guanabara, em 28 de março de 1968 no restaurante Calabouço. Em seguida ocorreu também a morte de outro estudante, o Benedito Brazão. Elas deflagraram grandes mobilizações até a famosa Marcha dos 100 mil no Rio de Janeiro. Já em São Paulo nós tivemos em outubro do mesmo ano a Batalha da Maria Antônia, em que um estudante secundarista José Guimarães foi morto. No curso de Serviço Social nós comentamos que ficávamos num “quadrilátero revolucionário” porque tinha o curso de Serviço Social na Rua Sabará, descendo um pouco já estávamos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Rua Maria Antônia, descendo um pouco mais tinha o Curso de Medicina da Santa Casa e, mais à direita, o Curso de Psicologia da PUC. Ah! E subindo um pouco, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), onde o Chico Buarque estudava na época. Eu morava ali numa rua ali (retirar esse último ali)próxima do “quadrilátero” e na Rua Dr. Vila Nova tinha um barzinho conhecido como “Bar Sem Nome”, onde Chico cantava.

Outra referência importante daquele período em relação ao Serviço Social é o fato de que no Congresso da UNE realizado em Ibiúna em outubro de 1968, dentre os 1000 e tantos estudantes participantes tinham apenas 162 mulheres, sendo que 28 eram do Serviço Social. Vejam como isso é significativo, como o Serviço Social já tinha uma organização estudantil expressiva. Eu penso que um dia nós temos que recuperar essas experiências e escrever sobre elas. Porque é importante resgatar na história, não como um saudosismo, mas como uma experiência rica, criativa, posicionada, de resistência e de expressão na vida cotidiana. Um período da história do Brasil e do Serviço Social no qual as pessoas conversavam sobre o que elas queriam e porque queriam. Conversavam sobre como podiam se organizar, como podiam resistir, buscando caminhos de sociabilidade muito relevantes.

Bom, sobre a experiência do INOCOOP é importante frisar que eu fiz estágio lá e havia um nível de organização também das estagiárias. Eu me lembro que realizamos um trabalho com as crianças e com as mulheres, nesse caso uma discussão sobre a luta contra as opressões. A Cleisa Moreno Maffei Rosa era a nossa supervisora e a gente “botava pra quebrar” nas discussões sobre as reivindicações da população. Como estagiárias nós podíamos estar no trabalho direto com a população e começamos a nos apropriar sobre o que eram aquelas cooperativas, como o sistema financeiro de habitação funcionava como um banco, na época, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Obviamente o sentido da chamada habitação popular, entre aspas, era pautado pelos interesses econômicos financistas dos bancos sobre os da população mais empobrecida. Os recursos que deveriam ir para a população com renda mais baixa foram sendo deslocados para os setores médios e depois para a burguesia. Já nos anos 70 esse recurso vai para o financiamento da Transamazônica, para a construção da Ponte Rio-Niterói.

Depois de formada eu comecei a trabalhar no Hospital das Clínicas. Na mesma ocasião a Cleisa sai do INOCOOP que iniciava o Subprograma de Desenvolvimento Comunitário de atendimento às cooperativas habitacionais ligadas ao instituto. O instituto precisava selecionar alguém para implantar esse trabalho e realizou um processo seletivo. Eu fui aprovada e passei a coordenar sua implantação. Era um trabalho importante no plano nacional, pois ocorreria em todo o país. Nessa experiência nós também tivemos uma articulação de profissionais da área social denominada de trabalho social e que contava com assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, pedagogos, desenhistas de objeto (voltado para a construção de objetos dentro das casas junto com as famílias como também na construção do parquinho infantil). Essa experiência se deu entre 1975 e 1979. Ela foi muito importante porque nós conseguimos trabalhar com formação política. Além de termos recursos para esse tipo de trabalho, havia uma integração com os profissionais de outras áreas como os de contabilidade, os engenheiros e os arquitetos.

O trabalho teve um alcance significativo porque existiam núcleos habitacionais na capital e no interior do estado, com polos em Campinas, na

Região do Vale do Paraíba, e na Baixada Santista. Além de ter promovido uma participação efetiva de crianças, nas escolhas e coletivização do que eram esses brinquedos. O mesmo ocorreu no trabalho com as mulheres, de discussão e luta contra as opressões e com os representantes de rua. Iniciou-se um processo de auto-organização, de forma independente. Tanto que desse processo todo, mesmo após a nossa demissão, surgiu a primeira associação livre dos mutuários do sistema financeiro da habitação. Eles se organizam nacionalmente porque a partir do nosso trabalho eram realizados encontros regionais com os cooperativados, com os moradores, nos quais eles trocavam experiências, sistematizavam e tiravam as diretrizes de organização deles. Então experiências muito potentes de auto-organização condominial, onde se tratava de condomínio, de edifícios; auto-organização por representantes de ruas nos bairros residenciais; a luta contra a financeirização do BNH e os altos custos que recaíam sobre a população, no caso da Baixada Santista, contra, inclusive, judicialmente também, porque eram terrenos de marinha, onde não poderia haver a construção, ocasionando o alto grau de periculosidade dessas habitações, eles foram obrigados a retirar a população e fazer outro conjunto habitacional. Então, veja como incomodava esse trabalho. Quando nós fomos demitidas houve uma mobilização muito grande no BNH. Vieram caravanas de moradores em ônibus e com faixas pedindo a nossa permanência. Em 1979 eu já era membro da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo – APASSP. A Luiza Erundina era presidente e eu era a segunda secretária geral. Houve uma mobilização sindical e do exercício profissional para que nenhum profissional assumisse no lugar daquelas que foram demitidas, e durante um bom tempo não houve substituição de profissionais por não aceitar assumir o posto das demitidas, em uma solidariedade ativa na luta.

Essa experiência foi bastante importante do ponto de vista do processo de renovação da profissão, claro que nós já tínhamos ali a experiência de Belo Horizonte e o Movimento de Reconceituação. O Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS) disponibilizou recursos financeiros para apoiar experiências inovadoras da América Latina à época sob a direção da Leila Lima Santos. Desse modo, nós tivemos também o apoio do CELATS para os INOCOOP, notadamente para o INOCOOP-RJ que contava com a Regina Marconi Franco. Eles fizeram um convênio e depois se expandiu para a nossa articulação de profissionais no Brasil todo. Nós tínhamos uma articulação nacional e quando fomos demitidas do INOCOOP-SP, os profissionais do Brasil inteiro das diferentes Associações Profissionais de Assistentes Sociais, das associações pré-sindicais, assim como os profissionais que estavam nos INOCOOP fizeram um barulhão, assim como os profissionais de outras áreas, acompanhadas pelo apoio popular de moradores das comunidades e participantes das cooperativas habitacionais. Essa experiência do INOCOOP se deu paralelamente à minha participação no movimento sindical.

Em Pauta – Você teve participação ativa na construção das entidades organizativas da categoria de assistentes sociais em um período no qual se lutava pelo fim da ditadura empresarial-militar de 1964. Como você avalia o significado dessa construção para uma categoria tão atuante como a de assistentes sociais? Quais os desafios atuais à continuidade do processo de ruptura com o conservadorismo no interior da profissão?

Bia Abramides – Entre 1976 e 1978 nós participamos da luta pela redemocratização do país, o que se deu também no campo profissional. Começamos a retomar as organizações sindicais e pré-sindicais da categoria que tinham sido desmanteladas na ditadura militar. Em São Paulo, a iniciativa da retomada deve-se a duas jovens recém-formadas: a Chana Viner e a Célia Vilarinho Peres. Elas, na época, eram da convergência socialista e convenceram a convergência e a nós de que a organização sindical tinha que se dar também nos setores médios assalariados e, portanto, deveríamos compor o conjunto da classe trabalhadora. A luta contra a ditadura e pela redemocratização, no período, já trazia a discussão da luta anti-imperialista e anticapitalista. São elas que começaram a organizar e tentar compor uma chapa para reativar a antiga Associação Profissional de Assistentes Sociais-SP (APASSP).

A Chana e a Celinha convidaram algumas pessoas, dentre elas a Raquel Raichelis que fez faculdade comigo e foi também do grêmio estudantil da Escola de Serviço Social e eu. A Raquel já dava aula na PUC, mas eu ainda não. Eu só iria prestar concurso para dar aula na PUC-SP em 1981, depois que fui demitida do INOCOOP-SP. Após a demissão eu morei um tempo em Portugal e ao retornar prestei o concurso na PUC-SP. Em 1978 fui indicada pela Raquel para participar da APASSP. A Raquel falou: “ah, eu entro na APASSP só se a Bia entrar”. Aí elas falaram: “mas que raio de Bia é essa? Quem é essa Bia?”- perguntaram as meninas – “Bom, mas se a Raquel está dizendo que ela só entra se a Bia for, então nós vamos convidar a Bia”. Elas costumam brincar falando que “a Bia está até hoje nas lutas sociais”. Eu topei e fui compor a chapa na direção da APASSP. Elas também convidaram a Luiza Erundina que acabou assumindo a presidência. E, assim, reativamos a APASSP. A Marília Pardini, a Luiza Erundina, a Chana, a Celinha, a Raquel, a Maria Odete e eu formávamos um grupo de profissionais que, ao mesmo tempo, tinham inserção profissional e atuavam no movimento dos servidores públicos. A atuação na APASSP se deu junto com a militância sindical dos trabalhadores dos serviços públicos. Essa é uma experiência que também merece ser recuperada, tanto que tem um livro chamado “São Paulo: crescimento e pobreza”, organizado pelo Paul Singer e pelo Vinícius Caldeira Brandt, entre outros, e lançado pela Edições Loyola, no qual eles destacam a importância da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo para o movimento de luta pela moradia. É desse trabalho que surge o movimento de cortiço, o Movimento Unificado de Favelas (MUF) porque, até então, eram aquelas associações cooptadas, pelegas, que iam nos centros

comunitários. Nesse momento a APASSP tinha uma atuação muito próxima à população, sobretudo porque éramos assistentes sociais.

Em seguida nós fomos, majoritariamente, para o Partido dos Trabalhadores (PT). Participamos da construção do partido, numa época que não era o PT da “conciliação de classes”. Assim como participamos da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que também não era a CUT da “conciliação de classes”. Na retomada da APASSP conseguimos fazer uma eleição que precisava de pelo menos 200 pessoas votando. Iniciamos uma grande campanha de filiação viajando pelo estado inteiro.

Naquele período apenas quatro entidades foram rearticuladas: a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo e os Sindicatos dos Assistentes Sociais dos estados de Minas Gerais, as APAS Bahia e Goiás. E com o apoio do CELATS realizamos o primeiro encontro das entidades sindicais e pré-sindicais, e que foi fundamental para o processo de reorganização da categoria. Mas qual era nossa estratégia? O conjunto dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais e o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CRAS/CEFAS) – como era denominado na época – estava nas mãos de setores conservadores e tecnocráticos. Como não dava ainda para mexer com essa estrutura hegemônica, a alternativa encontrada foi a de nos organizarmos sindicalmente, em um primeiro momento. Embora a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) fosse mais progressista, ela ainda estava muito vinculada à questão acadêmica e só começaria a se expandir mais na interlocução com as ciências sociais, com o movimento mais amplo da educação num momento posterior. Então, como se tratava do primeiro encontro, qual foi a tática que nós utilizamos? Falamos: “olha, nós temos que ver qual é a condição de salário, trabalho e carga horária desses profissionais. Quais são suas condições de trabalho? Como é que exercitam essa profissão? Onde estão inseridos? Quem somos nós?”. E a partir dos recursos aportados pelo CELATS, nós fizemos um contrato com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para realizar essa pesquisa. Mas, nós falamos: “essa pesquisa, ela tem que ser uma pesquisa participante e nós, como sujeitos, ativos, militantes, vamos aos estados para fazer um debate sobre a importância da organização sindical”. No Rio de Janeiro a oposição sindical se formou depois com a atuação da Regina Marconi Franco, da Rose Serra e da Maria Inês Bravo, pois o sindicato estava na mão de um grupo que não era o nosso. Assim nós começamos a retomar as entidades e nos organizar sindicalmente, incentivando a oposição sindical no Rio de Janeiro, no Maranhão, entre outras.

Ao mesmo tempo que rearticulávamos a APASSP e as associações sindicais e pré-sindicais a nível nacional, nós estávamos presentes na Articulação Nacional dos Movimentos Populares Sindicais (ANAMPOS), da qual participava o Movimento Negro Unificado (MNU), entre outros movimentos. Considero importante fazer esse registro porque não começamos agora a luta antirracista e porque o MNU teve um papel importantíssimo no campo

da esquerda naquele período, e Magali da Silva Almeida teve um papel fundamental nesse processo, assistente social, negra, militante da luta sindical no Rio. Tínhamos atuação no movimento de mulheres, mas também brigas homéricas, com alguns setores. Lembro que em um dos congressos das mulheres trabalhadoras em que eu estava presente não queriam que as mulheres lésbicas participassem e a gente “quebrou o pau”, porque não concordávamos que no interior do próprio movimento sindical se desse uma reprodução do machismo e do preconceito. Formamos também a Comissão da Mulher Trabalhadora na CUT. Então, isso tudo eu resgato para dizer que a militância tinha uma relação direta com o nosso exercício profissional, além de uma vinculação com o chamado “novo sindicalismo”, pois muitas características eram semelhantes como a defesa de um sindicalismo autônomo, independente, classista, de base, de lutas, de ação direta e com a realização de greves, mobilizações operárias e ocupações.

As associações profissionais construíram uma vinculação orgânica com os movimentos sociais, o que se deu também nos nossos espaços sócio-ocupacionais. Em São Paulo participamos da luta pela reforma sanitária e criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nós fazíamos assembleias populares na zona leste de São Paulo, que é uma região bem periférica aqui da cidade, para discutir como seria o SUS. A luta por creches também se deu a partir da articulação com o Movimento de Mulheres. Lembro que fizemos uma grande mobilização para um ato no Teatro da Universidade Católica (TUCA) na PUC-SP, quando conseguimos barrar a proposta das “mães crecheiras” e aprovar que o orçamento da cidade destinasse recursos para as creches diretas. Igualmente, a luta pela concessão do direito real de uso e posse da terra, contra a remoção e pela organização das favelas, com forte participação popular. Também fizemos atos e nos mobilizamos na luta contra as propostas e os programas de “controle da natalidade”, reconhecendo que era uma forma de controlar o corpo das mulheres. Essas foram frentes de luta da APASSP importantes e que se relacionavam com o nosso trabalho profissional. Eu penso que essas são experiências profissionais de participação real da população, com discussão e decisão. Como urbanizar? Onde urbanizar? Isso veio depois na gestão do PT, quando a Luiza Erundina, em 1989, foi prefeita da cidade de São Paulo. Mas há muito tempo, na área de habitação, nós já discutíamos diretamente com a população. Não são lutas que começaram agora. Mas isso não significa que tudo era maravilhoso.

Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 nós já contávamos com vinte e nove entidades sindicais e precisávamos construir uma articulação sindical nacional com a criação da Coordenação Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) até a formação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) – que teve a Regina Marconi Franco como a primeira presidente em 1983. Mas por que então criar a CENEAS e não diretamente uma entidade? Porque nós precisávamos construir essa entidade a partir das associações pré-sindicais, das associações culturais e dos

sindicatos. A CENEAS foi a direção política dada pelas entidades sindicais e pré-sindicais para ser referência no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979. Decidimos participar com a proposta de leitura de uma carta, mas não adiantaria chegar no primeiro dia e ler, porque nós iríamos ser vaiadas. Teríamos que ver um momento adequado e como muitas profissionais estavam insatisfeitas com aquela estrutura de congresso e tinham uma práxis tanto sindical como profissional, assim como na luta política mais geral, resolvemos nos mobilizar para produzirmos intervenções ao longo do congresso, a partir dos grupos de trabalho das políticas sociais a que estávamos vinculadas profissionalmente, e acabamos convocando uma assembleia paralela para a qual foi muita gente. Ali decidimos: “Nós temos que tomar conta desse congresso.” Foi a chamada “virada”, porque foram retirados os representantes da ditadura que iriam no último dia e substituídos, por decisão de assembleia, por todos aqueles que lutaram pelo país. Aí veio o Lula, veio o pessoal da anistia, dos movimentos sociais, sindicais e populares, modificando a composição inicial das mesas e toda a dinâmica do CBAS, que passou a ser conhecido como “congresso da virada”. É neste III CBAS que nós nos reconhecemos como parte da classe trabalhadora, em nossa condição de assalariamento e firmamos o compromisso com as lutas imediatas e históricas da classe trabalhadora, em que se estabelece a direção social da profissão.

Retomando o resgate do processo de organização da categoria é central indagar sobre como surgiram as associações? Surgiram desse processo de luta. E, como vocês sabem, em um momento posterior se deu a discussão sobre a dissolução da ANAS para incentivar a participação das assistentes sociais nos sindicatos por ramo de atividade. Nós fizemos uma grande discussão colocando exatamente algumas questões importantes como “o que nós somos? Trabalhadores!” E como parte da classe trabalhadora, interessava aos patrões e grupos dominantes que estivéssemos divididos por categorias profissionais, sabendo que umas eram mais fracas do que outras na hora da negociação. Basta lembrar que até a Constituição de 1988 os trabalhadores em serviço público, onde as assistentes sociais se inserem majoritariamente, não podiam por lei ter sindicatos. Portanto os sindicatos de categoria até este período foram fundamentais para organizar esses trabalhadores.

Em Pauta – A sua vida acadêmica é marcada também por expressivas atuações e um nítido interesse teórico em relação aos movimentos sociais e sindicais. Como você acompanhou as mudanças ocorridas nesses dois campos ao longo das últimas décadas? Existem potenciais de organização e luta ainda não investigados ou valorizados no campo acadêmico e político?

Bia Abramides – Antes de entrar na resposta desta questão, vale também lembrar que nesse período da luta sindical da ANAMPOS, nós estivemos em

todos os congressos da CUT. Para começarmos a ocupar os CRAS e o CEFAS que estavam nas mãos da direita foi fundamental o movimento sindical dos assistentes sociais e para tanto nós tínhamos uma articulação no interior do movimento sindical mais geral dos trabalhadores, uma articulação cutista. Hoje quando reconhecemos o conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS) como um setor de ponta no Serviço Social e na sociedade é vital destacar que isso é fruto da mobilização de quem estava atuando no movimento sindical. E da mesma maneira, após aquele CBAS, a partir da CENEAS a ANAS passa a ser uma entidade livre, posto que não estava vinculada ao Ministério do Trabalho. Toda a organização interna da ANAS foi montada de forma extremamente democrática, com conselho de representantes, com proporcionalidade política das tendências e concepções presentes no Serviço Social. Não tinha essa de pensamento único que depois virou moda no PT.

A própria construção da CUT se deu a partir de experiências com as CUT regionais. Por exemplo, para se organizar uma greve geral antes se reunia pelas zonas da cidade. Reunia os sindicatos da zona oeste, as oposições sindicais da zona oeste, os metalúrgicos, os vidreiros, servidores públicos, representantes de todas as categorias profissionais, e os estudantes para organizar a greve. As CUT regionais compunham uma estratégia de descentralização que gerava um enraizamento foi muito importante, porque nós tínhamos uma vinculação com os trabalhadores gráficos, os trabalhadores têxteis, os assistentes sociais, os enfermeiros ou com os servidores públicos daquela região. A partir dessa inserção é que montamos estratégias para ir às fábricas, às universidades e aos colégios para fazer panfletagem e para a organização do movimento. Naquele período nós tivemos muita ação direta. Além das ocupações de terra.

Eu gostaria de registrar também em relação ao período que o IV CBAS, realizado no Rio de Janeiro, foi basicamente um congresso sindical. Mas, fomos nós da ANAS que na época, em 1984, sugerimos que os próximos congressos fossem organizados pela ANAS, pela ABESS, pelo conjunto CEFAS/CRAS e pelos estudantes.

Respondendo então a essa pergunta, conforme já relatei, em 1979 todas nós, assistentes sociais do INOCOOP-SP fomos demitidas, e resolvi juntar um dinheirinho e ficar um ano fora do Brasil, o que foi importante para entrar em contato com as organizações de esquerda por um tempo maior em Portugal. Quando eu volto para São Paulo reassumo a associação dos profissionais. Vem o processo de transformação das APAS em sindicatos e em 1983 eu assumo como presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo. Não deixo de lado a luta sindical. Nesse retorno eu fiz uma seleção e depois prestei um concurso público e ingresso na Prefeitura Municipal de São Paulo. Na primeira passagem ingressei via processo seletivo e após uma greve dos servidores na gestão do Jânio Quadros, a minha chefe falou: “Se você for lá assinar o ponto você não vai ser demitida”, eu falei:

“Eu não vou assinar ponto coisa nenhuma”. E como eu estava na linha de frente... fomos todas demitidas. Mas em seguida teve um concurso público e eu falei: “Um dia eu vou voltar para essa prefeitura!”. Aí fiz o concurso e passei. E o primeiro ato da Luiza Erundina, quando ela foi eleita prefeita, foi chamar todos os demitidos do movimento grevista de volta para a prefeitura. Eu que tinha sido demitida já tinha sido aprovada no concurso e voltei. Mas foi importante porque foi um ato de anistia para todos aqueles que lutaram.

Em 1981, quando eu retorno para São Paulo tem um concurso na PUC para uma disciplina sobre conjuntura e projetos profissionais e precisavam de duas professoras. Nessa seleção passaram a Luiza Erundina e eu. Nós duas montamos uma equipe para começar a discutir a relação da conjuntura com os projetos profissionais, promovendo debates sobre os movimentos sociais, conforme vocês apontam na pergunta. Foi a primeira vez que eu levei a leitura de Clóvis Moura para as alunas, lá nos anos 1980. A Luiza Erundina e eu começamos a discutir os movimentos sociais, as lutas sociais, o movimento da luta pela terra, a reforma agrária e trazíamos também para o debate as experiências históricas internacionais: a Comuna de Paris, a Revolução Russa, a luta das mulheres na Revolução. Mas porque isso tinha a ver com o nosso projeto profissional, com as condições de vida da população com a qual a gente trabalha e que é, majoritariamente, pauperizada. Então, Luiza e eu começamos a dar juntas essa disciplina, em 1981. Só que logo depois a Luiza, que já era vereadora pelo PT, falou que não tinha mais condição de dar aula. Foi realizada uma nova seleção e eu falei para a Maria do Socorro Reis Cabral que era militante da APASSP e do Sindicato dos Previdenciários: “Você é uma militante, está na linha de frente, venha prestar esse concurso. Vem ser minha dupla, minha companheira na disciplina”. Ela fez, passou e somos companheiras até hoje, moramos até no mesmo prédio. Ela foi aprovada e passamos a compartilhar essa disciplina. Esse relato é para reforçar que mesmo estando na vida acadêmica, sempre acompanhei e atuei tanto no movimento sindical como nos movimentos sociais. A trajetória da luta sindical pode ser encontrada no livro “O Novo Sindicalismo e o Serviço Social- Maria Beatriz Costa Abramides e Maria do Socorro Reis Cabral, Cortez Editora, 1995.

Em 2000 eu me aposentei na prefeitura da Cidade de São Paulo, embora eu pudesse até ficar mais um pouquinho, mas, a gestão da Marta Suplicy mantinha tantos acordos com os empresários que eu falei: “Não dá gente! Eu sou jurássica aqui...”. Eram acordos para retirar o pessoal debaixo dos viadutos, ao invés de ter um trabalho articulado com a saúde, a assistência social e a educação, de redução de danos, ou seja, de pensar esse espaço como espaço público, mas com alternativas para essa população.

Já mais recentemente eu assumi a Vice Regional Sul II da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), quando começou um processo, no estado de São Paulo, de enraizamento da entidade com a formação de núcleos por microrregiões. Realizamos várias oficinas e depois,

já não mais na minha gestão, eu auxiliei a Rosângela Batistoni e a Maria Liduína de Oliveira na construção da ABEPSS Itinerante com a discussão sobre trabalho e questão social. Eu fui da direção da regional da ABEPSS na gestão da Jussara Mendes (2003-2004) e na gestão seguinte, da professora Ana Elizabete Mota (2005-2006). Na gestão da Bete Mota nós realizamos oficinas regionais para elaborar um balanço da implantação das Diretrizes Curriculares. Nós fomos para todas as regiões do país. Embora tenha avançado muito a formação profissional em Serviço Social no Brasil se comparada à América Latina, eu observo que ainda não está presente em grande parte dos cursos de Serviço Social a discussão étnico-racial, assim como a discussão mais estrutural da formação sócio-histórica da América Latina e aí incluído o Brasil. Ela não está nem na graduação e nem na pós-graduação. Quer dizer, existem grupos que estudam, mas não vejo uma efetiva incorporação desses temas na formação profissional. Eu creio que temos que retomar as diretrizes para reafirmar sua direção social, visto que há elementos que são históricos, atávicos, estruturais e estruturantes que não demos conta. Eu não vejo problema nenhum em dizer que não demos conta. O GTP da ABEPSS Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades tem cumprido um papel decisivo nessa direção.

Vou tomar como exemplo a situação da população empobrecida, terceirizada, quarteirizada, preta das periferias que está sendo assassinada. Reina a violência, o feminicídio rolando solto e nós temos que tratar dessas questões, mas vinculadas à teoria social. Vinculadas a uma concepção de sujeito histórico, de indivíduos sociais, se não vira uma abstração. A ontologia sem base material vira abstração e a base material, da produção social sem a relação com a reprodução social cai numa concepção economicista. Então, como é que a gente articula? São esses sistemas que eu penso que são fundamentais para o processo de formação e trabalho profissional.

Ainda em relação à ABEPSS, eu fui para o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Movimentos Sociais e Serviço Social. Fui da coordenação, aliás, foi na nossa gestão que começaram os GTP da ABEPSS, junto a Josefa Batista Lopes, a Maria Lucia Carvalho da Silva, depois com a Maria Lucia Duriguetto, Sâmbara Ribeiro, Morena Marques, Katia Marro e outras companheiras. Hoje, que bom, tem a Maria Clariça Guimarães, a Eblin Farage, a Cleier Marconsin dentre outras pesquisadoras. O primeiro movimento que nós fizemos foi exatamente o de realizar um levantamento acerca de como andava a discussão sobre movimentos sociais na formação profissional na graduação e na pós-graduação. Grande parte das escolas não nos respondeu na época e eram poucas as que tinham disciplinas de movimentos sociais. Mas, a maioria, dentre as que responderam, apontavam que tinham experiências institucionais de participação popular. Essa é outra questão que eu queria demarcar aqui: após o processo de luta pela redemocratização – que para nós, da esquerda, não era só luta pela democracia, era uma luta contra a ditadura, contra o capitalismo, contra o imperialismo e pelo socia-

lismo – ocorre uma regressão dos movimentos sociais. As ações diretas como as greves e as ocupações de fábricas, como existiam no período da ditadura, agora se deslocaram para a esfera da negociação.

Nos anos 1990 a crise estrutural do capitalismo no plano internacional se instaurou também como uma crise da chamada social democracia. Sabemos que essa experiência política não existiu no mundo como um todo, sendo restrita a alguns países centrais. E, mesmo nesses países, à população excedente foram destinadas políticas de assistência social visando assegurar minimamente a reprodução da força de trabalho. Então o movimento sindical passa atuar na esfera dessa nova institucionalidade. Basta lembrar as câmaras setoriais nas quais a CUT, junto com o empresariado, sentavam para discutir reposição salarial, onde só participavam os trabalhadores que tinham carteira assinada. Quer dizer, os terceirizados, no contexto de desindustrialização do país, em meio ao processo de reestruturação produtiva e de desemprego estrutural não estavam representados, evidenciando uma concepção corporativista da própria luta sindical. O Ricardo Antunes sempre fala sobre isso, que desde a universalização do trabalho assalariado, um dos desafios da luta sindical é unificar o conjunto dos trabalhadores: sindicalizados, estáveis, não estáveis e precarizados. Como se unifica o conjunto da classe em termos de organização sindical para fazer frente a essa nova conjuntura? Trata-se de uma questão atual, porque nós estamos vivendo num momento de barbárie. A maioria da população vive o desemprego estrutural, são trabalhadores submetidos aos processos de terceirização, quarteirização, à violência estatal e são vítimas da criminalização dos movimentos sociais. São esses temas que precisam ser abordados e sobre os quais nossas pesquisas necessitam aprofundar.

Vocês falaram das experiências extensionistas antes de iniciarmos a entrevista e eu, recentemente, fiz o prefácio de um livro sobre as experiências de extensão universitária, “Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência” organizado por Katia I. Marro, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa e Suenya Santos que contou com produções de várias pesquisadoras extensionistas. E foi muito interessante porque aborda as experiências do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Movimento de Mulheres, do Movimento Indígena, da população ribeirinha, ou seja, do país inteiro. Vejam a importância dessas experiências para a relação dos estagiários com o movimento social, eu penso que esse é o caminho no campo da formação: a ampliação desses processos formativos que estabelecem relação com os movimentos sociais, entre eles a práxis de extensão universitária. Agora, não dá para ficar só na discussão teórica e histórica, assim como não se deve ficar somente na formação sócio-histórica brasileira. O Brasil ainda pouco conhece a América Latina e nós somos América Latina. A luta deve ser por uma unidade de classe latino-americana. Assim como a luta deve ter um horizonte internacionalista. Não existe socialismo em um só país, nós aprendemos isso já.

Conforme disse antes, temos ainda muito que avançar do ponto de vista da nossa relação com a população com a qual nós trabalhamos, sobretudo porque a maioria dessa população é precarizada, não tem trabalho ou quando tem é um trabalho informal. É uma população que sofre com o feminicídio e a violência doméstica. A pandemia ampliou e acirrou esses processos. Grande parte das expressões da questão social continuam sendo moralizadas e é preciso verificar como os profissionais estão, de fato, compreendendo e lidando com essa realidade. Como eles estão aprendendo o projeto político. Uma vez eu quase briguei com uma diretora do CFESS porque eu dizia a ela que não cabe ao CRESS e ao CFESS fazer formação. (retirar essa frase, não é necessário, vou à frente ao que penso). Precisamos saber quem é essa categoria profissional hoje, pois a maioria se forma mais pela Educação à Distância (EaD) do que presencialmente. Elas têm os diplomas e são assistentes sociais trabalhadoras, como nós. Por isso nós temos que conhecer esses assistentes sociais, trazer para os espaços de organização e luta ou então vamos entregar na mão da milícia ou do irracionalismo.

Dentre os desafios que nós temos hoje, um deles é o de trazer a categoria profissional para o nosso campo. E precisamos valorizar e reconhecer os espaços como o da ABEPSS, os CRESS, os núcleos de lutas sociais, contra o racismo, e os movimentos sociais. A ABEPSS tem que abarcar o conjunto das unidades de ensino para que estejam presentes. É claro que a luta vai ser sempre entre a garantia de uma educação popular e gratuita contra o ensino à distância, contra o mestrado profissionalizante. Mas nós não podemos cair no elitismo e desconsiderar os estudantes e profissionais que se formam em EaD. Ser contra o EaD não é ser contra os estudantes e profissionais que se formaram por EaD. Não podemos porque precisamos reconhecer com quem nós trabalhamos e com quem esses profissionais irão trabalhar. É preciso conhecer as experiências de vida e de organização da população que são riquíssimas. Em que pese o avanço da extrema direita no governo Bolsonaro precisamos reconhecer também quantas experiências de solidariedade a população tem construído e a partir de uma organização autônoma e classista. É papel profissional nosso socializar as informações que temos de uma forma didática, de uma forma simples sobre o que está atingindo a população hoje, sobre o que lhes é de direito. É preciso retomar o trabalho de base em todas as instâncias organizativas. Nós temos muitos desafios!

Em Pauta – Diante de um quadro institucional e político marcado por um acentuado conservadorismo e pela defesa de práticas fascistas e ditatoriais, como você analisa as alternativas políticas e pedagógicas de superação desse cenário? Qual é o peso estratégico das eleições considerando os limites da nossa experiência e cultura democrática? E, por fim, considerando a sua longa experiência de lutas em diferentes espaços, qual é o balanço que você faz hoje das possibilidades de uma efetiva experiência democrática no Brasil?

Bia Abramides – Então, eu volto a citar Marx e Engels: “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”. Nós vivemos uma regressão, do ponto de vista das lutas sociais, no plano internacional e nacional. A crise estrutural do capitalismo se expressa em inúmeras crises: a crise do estado de bem-estar social, a crise das esquerdas, o “fim” do chamado “socialismo real”, sempre entre aspas. O que José Paulo Neto trabalha muito bem no livro “Crise do socialismo e ofensiva neoliberal” – e que eu sempre gosto de abordar com as alunas da graduação, porque auxilia bastante a pensar os projetos societários em disputa –, é que experimentamos uma ilusão social-democrática em um momento em que a social-democracia serviu como modelo, mas que já se esvaiu. Ora, se a produção é imediatamente reprodução, lá atrás havia uma relação dialética entre o fordismo e o taylorismo com o chamado Estado de Bem-Estar Social, como hoje existe entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, ou seja, o Estado não caminha livre, leve e solto, autônomo. Ele tem uma autonomia relativa numa relação direta com determinada forma de poder que é hegemônica. Observa-se hoje uma decomposição do capitalismo, mas enquanto modo de produção e de reprodução ele é hegemônico. E nós não temos condição subjetiva, no plano internacional, de fazer frente a esse processo, pois parte da esquerda deu adeus a tudo aquilo que defendeu por décadas.

Vejam o que foi o período do “Lulinha paz e amor”! Muito embora, Lula nunca tenha sido um socialista, ele mesmo dizia: “eu sou sindicalista, não sou socialista”, observa-se que uma parte do movimento sindical foi empurrada para o campo hegemônico, porque o Lula vem da tradição do sindicalismo oficial. Mas nós tínhamos também o Movimento da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – MOSMSP, com Valdemar Rossi e contando com parte do setor que veio da Igreja, a partir da Teologia da Libertação, assim como com setores trotskistas, que faziam oposição sindical no maior sindicato da América Latina. Hoje, grande parte está aí na mesma toada.

Contudo, não se pode analisar o avanço do fascismo de forma isolada, ele é parte de um projeto articulado. Vamos tomar como referência o que ocorreu em 2013. Nós tivemos as mobilizações de norte a sul desse país, que começaram com a luta pelo Passe Livre. Todo mundo lembra disso! Mas depois a periferia vem em peso. Eu que acompanhei aqui em São Paulo essas mobilizações recebia ligações de minhas alunas que tinham ido para a rua perguntando: “O quê que nós fazemos?”, e eu, que estava em casa me recuperando de uma cirurgia, falei: “Vocês ficam na rua. Vão disputar com a direita que está aí, com os liberais”, “Vocês não vão sair da rua, não é!?”. Porque as reivindicações trazidas pelo povo pobre e preto, pelos estudantes, pelos jovens e pelas mulheres das periferias expressavam lutas concretas. Eram reivindicações por necessidades básicas, imediatas: não tinham posto de saúde, não tinham transporte, não tinham escola e não tinham alimentos. E vocês se lembram que na época já havia uma mobilização no governo Dilma para a aprovação de uma legislação que criminalizasse o movimento

social. Então, não podemos desvincular a ascensão do fascismo desse contexto, não devemos pensá-lo como um fenômeno dessa eleição, tem que pensar sua processualidade.

Depois, veio o movimento “Não vai ter Copa”, o avanço das privatizações e as contrarreformas que ocorreram naquele período. Havia uma mobilização popular com várias pautas de luta e articulada por várias forças políticas. Não podemos esquecer que o Partido dos Trabalhadores (PT) vinha de um apoio popular muito grande nas eleições anteriores. Mas, se já no primeiro e no segundo governo Lula eles se relacionassem mais diretamente com as lutas sociais, teriam um apoio no período de crise e questionamento das eleições do segundo governo Dilma que se oporia ao avanço da extrema-direita. Mas ela viu uma brecha, um campo minado propício para dar o golpe. E, de fato, foi um golpe da direita, capitaneado pelo imperialismo, pelos grandes empresários, porque eles queriam celeridade nas contrarreformas. Podemos nos perguntar: mas eles já não tinham feito as contrarreformas? Tinham, mas não era o suficiente para os interesses do grande capital. Embora o PT já estivesse comprometido com o grande capital internacional, tanto que os banqueiros diziam: “Nunca ganhamos tanto!”, nós sabemos que as políticas assistenciais, embora desvinculadas das políticas estruturantes, não atendia aos interesses financistas.

O que fazem os liberais, no caso o Instituto Millenium aqui no Brasil? Injetam recursos no Movimento Brasil Livre (MBL), no Vem Pra Rua, ou seja, incentivam uma mobilização que sai para a rua. Em seguida, Sérgio Moro, com dinheiro internacional inicia uma cruzada contra a corrupção. Claro que havia uma insatisfação generalizada, uma situação de miséria e de fome, um conjunto de reivindicações mais imediatas, mas com ausência de consciência política parte dessas pessoas canalizaram sua indignação votando em Bolsonaro em 2018. Não que sejam todos de extrema-direita, mas porque existia uma insatisfação com o governo Dilma, em relação à ausência dessas políticas. Claro que temos hoje uma extrema-direita brutal que se aproveitou daquela mobilização, da luta contra a corrupção e ocupou pela via da força, com o apoio das milícias, um espaço político.

Eu vejo uma possibilidade histórica para o pós-eleição, porque nós não conseguimos construir uma frente única, classista, autônoma, no ponto de vista das lutas sociais. Eu fui a todas as mobilizações do “Fora Bolsonaro” até ficar travada numa cadeira de rodas em função de ter ficado muito tempo aqui sentada por causa da pandemia de Covid-19. O que aconteceu? Era um “Fora Bolsonaro”, mas vinculado à eleição de Lula em 2022. Gente, nós tínhamos condição de fazer greve para derrubar o Bolsonaro. Não fizemos. As centrais sindicais, como eu bem disse para vocês, desde o governo Fernando Henrique Cardoso foram para as câmaras setoriais. Virou um movimento social do canal institucional. Um sindicalismo no qual as direções dos movimentos se tornaram governistas. Movimento social, movimento popular, qualquer movimento tem de ser autônomo, independente.

Isso não significa que eu não deva me filiar a um partido político e que não possa e não deva levar a linha do meu partido político para a luta sindical. Mas, eu não posso partidizar o movimento e o sindicato. Eu não posso ser correia de transmissão. Por isso nós estamos vivendo essa quadra histórica e complexa.

Eu estou convencida disso e acho que nós temos que dar continuidade, no âmbito da formação e do exercício profissional, de uma forma articulada a recuperação de experiências atuais e passadas que somam com uma perspectiva emancipatória. Temos que verificar do ponto de vista da formação, a direção do exercício profissional, qual é o sentido da nossa pesquisa e da nossa ação? Enfim, isso está presente na nossa vida. Então, é preciso trazer os elementos mais viscerais da vida cotidiana para debate. Quando pegamos, por exemplo, a pandemia ou a PEC da morte de contenção dos gastos públicos, as contrarreformas de destruição de direitos, a extrema direita fascista, negacionista, privatista de Bolsonaro e bolsonaristas com ações de extrema direita, nós temos que introduzir isso junto à população, debater, socializar informações, apoiar as iniciativas de lutas populares e dar continuidades às lutas sociais contra todos esses ataques aos trabalhadores(as) com autonomia e independência de classe, tal qual vimos construindo no processo de ruptura com o conservadorismo.